





## ATUAÇÃO JUDICIAL

### AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

Infância e Juventude	420
Direitos Humanos	309
Meio Ambiente	264
Consumidor	85
Patrimônio Público	84
Ordem Urbanística	11

Não se obtendo êxito na solução consensual do problema que estava sob investigação, e não sendo caso de arquivamento do expediente investigatório, o Ministério Público poderá ingressar judicialmente com ação civil pública (ACP), regulamentada pela Lei Federal 7.347/85. A ACP busca a responsabilização por danos morais e patrimoniais, causados por pessoas físicas ou jurídicas – estatais ou não – contra o meio ambiente, o consumidor, a ordem urbana, o patrimônio artístico/histórico e demais interesses difusos ou coletivos tutelados por lei (saúde, criança e adolescente, patrimônio público, entre outros), tendo como objetivo a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

**PROCESSOS  
JUDICIAIS recebidos:**

**163.216**

**67.029**

Procuradoria de Justiça Criminal

**65.417**

Procuradoria de Justiça Cível

**30.446**

Procuradoria de Justiça com Atuação Especializada em Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões

**334**

Procuradoria de Justiça Militar

**PARECERES  
efetuados:**

**123.594**

**59.417**

Procuradoria de Justiça Criminal

**44.926**

Procuradoria de Justiça Cível

**19.008**

Procuradoria de Justiça com Atuação Especializada em Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões

**243**

Procuradoria de Justiça Militar

**SESSÕES  
realizadas:**

**919**

**250**

Procuradoria de Justiça Criminal

**577**

Procuradoria de Justiça Cível

**52**

Procuradoria de Justiça com Atuação Especializada em Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões

**40**

Procuradoria de Justiça Militar

# SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos (SUBJUR) atuou no ano de 2023 em 1.401 processos e expedientes administrativos, destacando-se a apreciação de 219 feitos com análise de inconstitucionalidades, 61 mandados de segurança, 122 conflitos de atribuição entre unidades ministeriais e 898 acordos de não persecução penal (ANPP) em matéria envolvendo o artigo 28 do Código de Processo Penal.

Em 2023, foram ajuizadas pela Procuradoria-Geral de Justiça 34 **ações diretas de inconstitucionalidade** (ADI) e houve atuação como “custos legis” em 40 processos, casos em que exerce atividade fiscalizadora da correta aplicação das leis.

**ADI - Ação que tem por objeto principal a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. É proposta perante os Tribunais de Justiça dos Estados quando se trata de inconstitucionalidade de leis estaduais ou municipais que ferem as Constituições Estaduais. É proposta perante o Supremo Tribunal Federal quando se trata de inconstitucionalidade de leis federais ou estaduais que, de alguma forma, contrariam a Constituição Federal.**

## PROCURADORIA DE FUNDAÇÕES

É atribuição do MPRS, por meio da Procuradoria de Fundações, o acompanhamento das atividades realizadas pelas 264 fundações privadas atuantes no Rio Grande do Sul e a aprovação de atos praticados pelas suas administrações em relação a temas como estatuto, atas de

eleição, imóveis, regularidade e prestação de contas. São 93 entidades na Capital e 171 no Interior, com um patrimônio líquido total, em 2023 (ano-base 2022), de R\$ 3.370.713.091,51. Entre as diversas finalidades desempenhadas pelas fundações, destacam-se as áreas da educação, saúde e assistência social.

# PROCURADORIA DE RECURSOS

A Procuradoria de Recursos recebeu 15.645 processos no ano de 2023 e protocolou 7.242 medidas judiciais em defesa de entendimentos do MPRS em diversos temas. Entre os destaques da atuação estão:

- **CASO KISS** - Elaboração de memoriais ao Superior Tribunal de Justiça, com o desfecho parcialmente favorável, afastando duas das quatro nulidades reconhecidas pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, restando ao Supremo Tribunal Federal, quando da análise de recurso excepcional a ele dirigido, a análise de apenas duas nulidades remanescentes. Também, a elaboração de pedido de efeito suspensivo à Suprema Corte, postulando a suspensão da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri que estava designada para o dia 26 de fevereiro de 2024. O pedido foi analisado já em 2024, com decisão favorável ao MPRS.
- **TENTATIVA DE HOMICÍDIO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA** - Atuação conjunta com os demais órgãos do MPRS na busca da decretação de prisão preventiva dos idealizadores e do executor do crime de tentativa de homicídio contra o promotor de Justiça atuante na comarca de Teutônia. Interposição, perante a Presidência do TJRS, de medida cautelar inominada - concedida - para se atribuir efeito suspensivo ativo ao recurso em sentido estrito ministerial ao efeito de decretar a prisão preventiva de dois envolvidos e decretar a prisão temporária de um terceiro pelo prazo de 30 dias.
- **TENTATIVA DE HOMICÍDIO DE POLICIAL CIVIL** - Após o parcial provimento ao recurso do MPRS ao efeito de pronunciar o responsável pela tentativa de homicídio de uma policial civil de Rio Grande e indeferimento do pedido de prisão preventiva do recorrido, o Ministério Público interpôs recurso especial, buscando a decretação da prisão cautelar do autor do crime.



O Ministério Público  
é feito de pessoas  
para o **Alan**